

**GÉOGRAPHIE RURALE — MÉTHODES ET  
PERSPECTIVES PAR J. BONNAMOUR**

Collection de géographie applicable sous  
la direction de Mme. J. Beaujeu-Garnier

Masson et C<sup>ie</sup>, Éditeurs — Paris — 1973,  
168 pg., illustr.

NEY RODRIGUES INNOCENCIO  
Geógrafo do IBGE

## **Comentário bibliográfico**

Neste livro, que constitui um dos volumes da coleção de Geografia Aplicada, dirigida por Madame Beaujeu-Garnier, a autora se propõe, conforme adverte logo de início, “simplesmente a indicar algumas pistas novas de pesquisas e de mostrar que, longe de trair o que os mestres nos transmitiram, as modificações desejáveis de problemáticas e de métodos constituem o único meio de o salvar e de o prolongar”. Ao mesmo tempo ela ressalva que, se o trabalho foi publicado de uma forma limitada e inacabada, diversas razões concorreram para tanto, como sejam, “a multiplicidade e a diversidade das publicações atuais, a insegurança e as exigências dos novos pesquisadores, a dificuldade fundamental da pesquisa cujos resultados estão sempre tão distantes do que se pretendia, enfim, a necessidade de reagir com bom senso contra a corrente logomáquica e tecnocrática que leva, muitas vezes, a torcer o vazio”.

Ao longo do presente trabalho Madame J. Bonnamour focaliza os mais variados aspectos referentes aos métodos e às perspectivas da Geografia Rural, deixando transparecer, de maneira bem patente, os problemas com os quais esta disciplina se depara na época atual, os quais decorrem, por um lado, das transformações bastantes profundas que vêm se processando no espaço rural e, por outro, da situação em que ela se encontra, tal como as demais ciências humanas, no ponto de cruzamento dos caminhos entre os estudos tradicionais e as possibilidades criadas pelo emprego de métodos quantitativos.

No primeiro capítulo, intitulado “A Inquietação da Geografia Rural”, ela assinala os problemas criados pelo emprego de um vocabulário e de conceitos imprecisos, os quais remontam à uma época em que a análise científica dos fatos observados não constituía a principal preocupação dos pesquisadores que davam mais importância à beleza do estilo literário. Sem desmerecer o valor dos trabalhos dos grandes mestres daquela época, os quais nos revelam, de maneira expressiva, a natureza e a vida das áreas rurais, é preciso considerar que, na época atual, tem-se que substituir a preocupação com o estilo literário por outra que conduza ao uso de termos e conceitos bastante precisos e que leve em conta as transformações que vêm se processando no mundo rural. Deve-se portanto proceder no sentido de que os resultados das pesquisas geográficas sejam comparáveis entre si e, também, acessíveis aos estudiosos e técnicos de outras disciplinas.

Na sua opinião, a imprecisão do vocabulário empregado na Geografia Rural constitui um problema difícil de ser resolvido e pode ser atribuído às seguintes causas: os empréstimos de termos de outras disciplinas nas quais, muitas vezes, elas também não possuíam um sentido preciso; a adoção de termos regionais com os quais se pretende dar uma idéia mais aproximada do real, mas que é

preciso convir que eles nem sempre são facilmente traduzíveis; o poder mágico de certos termos que, por serem usados para designar fatos de naturezas muito diversas, tornavam-se evadidos de imprecisão; enfim, uma certa atitude intelectual que provoca “uma imprecisão da análise em relação à realidade por temor de uma dissecação que mata a vida das coisas”.

O fato de que a geografia tenha se afirmado como uma disciplina nova numa fase em que o mundo ainda se caracterizava por um equilíbrio entre o campo e a cidade muito concorreu para que ela se visse substancialmente influenciada pelos estudos rurais. Na realidade, tudo colaborava para que, na primeira metade do século atual, os assuntos relacionados com as áreas rurais exercessem especial atração sobre os pesquisadores, fazendo com que este ramo da geografia assumisse lugar de grande destaque. Nesta ordem de idéias a autora salienta “a importância numérica do mundo rural, a curiosidade pelas áreas pouco conhecidas de outros continentes, a corrente ecológica que solicitava a descrição dos múltiplos aspectos de um mundo ainda calcado estreitamente sobre as condições do meio natural”. Ela enumera, à propósito, uma série de autores e as áreas que estudaram, salientando que vários dos que se evidenciaram neste ramo eram geomorfólogos tais como De Martonne, A. Guilcher, P. Birot e A. Cholley que, sendo obrigados a se adestrarem no terreno, eram levados a viver nas montanhas e nas aldeias onde o contacto com as populações locais ensejava as incursões dos mesmos na Geografia Rural.

Como conseqüência, verificou-se uma simbiose tão acentuada entre os estudos rurais e as preocupações geográficas que os hábitos adquiridos neste setor em todas as partes do mundo tornaram-se características do método geográfico.

No entanto, mesmo considerando a importância que representam para a geografia os estudos resultantes de uma prolongada vivência com o meio e, também, a necessidade de salvaguardar esta aquisição insubstituível, tem-se que admitir que uma série de reformas se impõem a fim de que a mensagem dos geógrafos seja entendida. Na realidade, nem sempre se pode contar com geógrafos de valor excepcional, como A. Demangeon e outros, capazes de satisfazer a perfeição exigida pelo método na sua forma tradicional. Na falta desta aptidão, a tese geográfica tende a se transformar facilmente num monumento enciclopédico, destituído de diretriz cuja utilidade se torna bastante relativa.

No capítulo II, intitulado “Por um método mais sistemático em Geografia Rural”, a autora procura contribuir para aclarar a confusão que vem sendo observada entre técnicas e métodos — confusão esta que arrisca de por em causa a existência da própria Geografia — e também apresentar uma reflexão sobre a conduta a seguir para tratar dos fatos rurais segundo uma perspectiva geográfica preocupada em alcançar a precisão e a verdade.

Num mundo rural que cada vez mais se torna alvo das atenções de um grande número de representantes de vários setores de estudo, necessário se torna que as pesquisas geográficas se diferenciem das de outras ciências humanas. Para isto é preciso que o geógrafo tenha em alta conta aquilo que sua experiência lhe provou existir, como seja, mecanismos fundamentais, noções globais, sistemas complexos que comandam em diferentes escalas a organização do espaço, o comportamento dos grupos e dos indivíduos, a produção. É fundamental que ele conceda prioridade aos estudos exaustivos destes aspectos; em lugar de se entregar a outros como os que se realizam segundo o estilo das enciclopédias, os quais nos apresentam os diversos setores da vida rural tratados sucessivamente, ou, então, a pesquisas sistemáticas muito isoladas. Tais tipos de trabalhos não nos colocam diante de um conjunto coerente, mas sim nos apresentam a vida decomposta em partes inanimadas.

Neste particular, considera a autora, são de maior valor as pesquisas temáticas que se realizam sob condições tais que nos situam diante de todo o conjunto de causas que concorreram para que a questão em estudo se revista das características que ostenta atualmente. Todavia, não se pode admitir que estas abordagens parciais, por mais interessantes que sejam, venham a concorrer para “retardar a prioridade que se deve dar aos estudos das noções globais ou dos mecanismos de base, como se queira chamá-los”.

Três princípios fundamentais devem ser observados pelo geógrafo rural no decorrer de um estudo, a fim de que o mesmo encontre algumas chances de verdade: um conhecimento direto do terreno, uma utilização dialética da cartografia, uma consciência aguda da necessidade de realizar o estudo de maneira concomitante, em diferentes escalas.

O conhecimento direto do terreno tem se constituído numa verdadeira tradição da geografia e dele se valeram grandes geógrafos para realizarem trabalhos de peso, capazes de nos transmitir o dia a dia da vida rural.

Não se pode admitir que, em nome da utilização de métodos quantitativos esta tradição seja relegada a um segundo plano, sobretudo porque tem-se que

levar em conta que a utilização dos referidos métodos torna-a ainda mais imperiosa. Se o geógrafo rural a deixa de lado, optando por uma devoção ao manuseio dos dados estatísticos ou se deixando levar por uma crença exagerada nos raciocínios dedutivos, ele se arrisca a cometer erros grosseiros capazes de serem percebidos pelas pessoas que tenham vivência do mundo rural, mesmo que se trate do homem comum do campo.

Para que se possa falar do mundo rural com conhecimento de causa torna-se necessário uma lenta impregnação do mesmo e esta, para ser alcançada, exige que o geógrafo rural não se restrinja a realizar visitas às propriedades agrícolas, mas sim que proceda como os engenheiros agrônomos que praticam estágios nas mesmas.

Finalizando estas considerações, ela faz menção à necessidade que tem o geógrafo rural de inteirar-se da complexidade que o termo adquiriu com o correr dos anos e mostra as implicações que daí advêm para a sua pesquisa.

Ao tratar do segundo princípio de método a ser respeitado pelo geógrafo, qual seja, a necessidade de uma utilização dialética da cartografia, a autora lembra que, antes das demais disciplinas que atualmente se envolvem com o problema do espaço, a geografia já possuía o hábito de localizar os objetos estudados, o que levava à necessidade de utilizar e estabelecer cartas. A tendência atual das referidas disciplinas também se voltarem para esta utilização impõe a decisão de precisar o lugar particular que as cartas assumem em nosso domínio, tendo em conta a evolução dos métodos e da reflexão.

Ao considerar as diferentes funções da carta ela deixa patente a importância toda especial que o geógrafo lhe concede, pois, na realidade, enquanto outros especialistas não a consultam senão numa segunda instância, o geógrafo dela se utiliza desde quando ele começa a se familiarizar com o espaço a ser estudado. Além de ser essencial para se conhecer o melhor possível a extensão espacial dos elementos observados, a carta representa um excelente meio de controle da coerência dos dados, atua como um dos melhores instrumentos de comparação, simultaneamente, no tempo e no espaço, e constitui um meio muito empregado pelos geógrafos para procurar as correlações entre fenômenos de ordens diferentes.

Na realidade pode-se dizer que o geógrafo faz uma utilização dialética da cartografia, uma vez que para ele a carta representa, ao mesmo tempo, um ponto de partida e uma finalização.

No início da pesquisa a carta não representa senão um meio de informação, todavia, à medida que o trabalho se desenvolve, ela vai se enriquecendo de elementos que, guiado pela reflexão, o pesquisador é levado a cartografar. Dessa forma, a carta participa da sua linha de raciocínio ao longo de todo o estudo e de tal forma que, sempre que uma é elaborada, ela não constitui um ponto final, pura e simplesmente, porém um novo ponto de partida já que seu comentário conduz a hipóteses que vão forçar a elaboração de outras. "Tudo se passa como se o desenvolvimento lógico do raciocínio geográfico empregasse, alternadamente, diversas linguagens, sendo a carta uma delas".

Ao discorrer sobre o último princípio de método a ser considerado pelo geógrafo, a utilização concomitante de diferentes escalas, o qual logo de início a autora salienta que não é tão empregado em nosso domínio conforme seria de esperar, ela o faz de modo a deixar bem patente as dificuldades que o mesmo cria para o pesquisador.

Após se referir à importância deste princípio para o geógrafo ela passa a análise das dificuldades acima referidas. Situa então, de maneira sucinta, todas as causas do problema e termina mostrando que, na realidade, nós nos deparamos com uma dificuldade comum a todas as outras fontes humanas, qual seja, o impasse entre as micro e macroanálises.

No terceiro capítulo intitulado "As vias de uma tal pesquisa" a autora analisa as contribuições respectivas das fisionomias, das tipologias e dos modelos.

No meio geográfico atual muito tempo se tem perdido com discussões sobre tendências da pesquisa em nossa disciplina, havendo geógrafos que se mantêm apegados às descrições específicas, outros que preconizam a elaboração de tipologias, enquanto outros procuram estabelecer modelos. Com estas tomadas de posições, tais geógrafos se recusam a levar em consideração as diferentes tendências atuais da pesquisa, o que lhes impede de alcançar a apreensão do objeto geográfico, o qual, por se apresentar "como um complexo de relações", precisa ser tratado por diferentes métodos.

A descrição específica que tem a sua importância posta em questão pela corrente quantitativa é defendida por muitos que a consideram essencial para a manutenção da objetividade científica.

Quanto às evocações que, comumente, acompanham as descrições específicas dos trabalhos de Geografia Rural, observa-se que elas têm sido motivo de ironia da parte dos não tradicionalistas. Todavia, Madame J. Bonnamour considera

que elas constituem um elemento da mais alta valia de que dispõe o geógrafo para atender a uma necessidade própria da conduta geográfica, qual seja, a de "fornecer, numa linguagem concreta e direta, uma reconstituição elaborada do objeto estudado".

Outro aspecto que concorre para o descaso com que são encaradas as descrições específicas reside na quantidade excessiva de cifras empregadas nas suas análises estatísticas. Pela maneira como vem sendo realizadas, elas não têm o seu emprego plenamente justificado, pois, se por um lado, contribuem para que os estudos se tornem cansativos e de difícil entendimento, por outro, não favorecem a comparação entre os mesmos e, dessa forma, não concorrem para que se atinja um dos fins almejados pela nossa disciplina.

Quanto à questão da existência ou não de objetividade científica por parte das descrições específicas Madame Bonnamour não concorda com os que lhe negam este atributo por considerarem que, ao contrário do que ocorre com os modelos e as tipologias, elas não procuram a confirmação de uma tese explícita numa pesquisa, mas tão somente a descrição minuciosa de uma realidade atentamente observada. Lembrando Bachelard, segundo o qual "a observação científica é sempre uma observação polêmica", a autora argumenta que as descrições específicas podem ser tão objetivas quanto as tipologias e os modelos, pois, na realidade, o problema da objetividade se resolve através da atitude de espírito assumida pelo observador e não pela escolha deste ou daquele tipo de abordagem. Além do mais, ela guarda toda sua utilidade, mesmo se certos geógrafos se engajam nas vias de uma geografia teórica. Ela pode prestar uma contribuição de natureza antropológica.

A descrição específica pode ser útil também à pesquisa ativa, permitindo, por exemplo, o enriquecimento de um modelo, pois ela serve para orientar o geógrafo quanto ao emprego das variáveis.

Com relação à pesquisa aplicada elas chegam a desempenhar um papel determinante conforme ocorreu por ocasião do colóquio de Verona em 1970.

Após ressaltar a importância das descrições específicas como um meio de formação dos pesquisadores que através dela adquiririam a necessária experiência do terreno, a autora encerra suas considerações sobre este tipo de abordagem, mostrando em que condições ela poderia responder às múltiplas expectativas dos diversos tipos de pesquisa.

Ao tratar das tipologias, ela ressalva, de início, que a palavra vem sendo empregada para designar empreendimentos diferentes cujo valor científico não é idêntico. É comum, por exemplo, encontrar o seu emprego com um sentido muito semelhante ao de classificação quando, na realidade ela designa uma pesquisa mais complexa.

Como exemplos de trabalhos geográficos que são, propriamente, de classificação, mas que são denominados de tipologias, a autora cita os de Max Sorre, sobre sistemas agrários, e de H. Szulc, sobre a gênese das aldeias silesianas.

Ela os inclui entre os que seguem uma atitude bastante clássica em relação ao conhecimento, porém foram elaborados segundo um critério de rigor científico cuja honestidade faz com que se tornem dignos de apreciação.

As tipologias podem servir também aos estudos de natureza comparativa e, neste particular, ela se revela essencial, pois permite comparações rápidas de situações diversas, mais ou menos bem conhecidas e sobre as quais se dispunha ou de uma documentação muito abundante ou de informações ainda insuficientes.

A fim de que o emprego das tipologias não se transforme, praticamente, numa simples forma de estudo trabalhoso, afirma Madame Bonnamour, torna-se necessário que o pesquisador leve em conta as seguintes exigências de natureza metodológica: uma exata definição do objeto a estudar, o conhecimento dos mecanismos estudados, a distinção muito segura dos elementos constitutivos dos sistemas estudados e os elementos suscetíveis de os explicar, a expressão clara da questão a qual se tenta responder.

Uma vez cumpridas estas quatro exigências de método, passa-se à última fase da conduta que diz respeito ao processamento dos dados.

A autora compara então as tipologias empíricas com as modernas e comenta os meios empregados por J. Bertin e os métodos matemáticos de classificação como o de Weaver e Coppock e o de A. Perpillou.

Após tecer uma série de comentários quanto aos aspectos vantajosos e desvantajosos do emprego dos diferentes métodos e técnicas, Mme. Bonnamour frisa que o sucesso de um estudo vai depender muito do valor do pesquisador tanto que "certas classificações empíricas, como as que nós evocamos, apresentam um conteúdo científico mais autêntico que certos estudos recentes que superaram mal os obstáculos, balisando as etapas que nós retratamos".

Desde que sejam elaboradas da melhor maneira, as tipologias revestem-se de grande utilidade. Inegavelmente elas podem ser de grande importância didática e se constituir em auxiliares dos mais valiosos quando se queira realizar uma ação. Além do mais elas podem ser de grande utilidade também no domínio da pesquisa pura.

A autora termina suas considerações sobre as tipologias referindo-se às suas limitações, deixando claro, porém, que a existência das mesmas de nenhuma forma permite dúvidas quanto à utilidade do seu emprego.

Na última parte deste capítulo, que diz respeito aos modelos e o seu emprego na geografia rural, Mme Bonnamour se refere a alguns aspectos que se colocam entre os mais relevantes no estudo deste assunto.

Primeiramente ela trata dos diferentes tipos de modelos e de suas utilidades, pois considera que tal distinção se impõe logo de início em vista das diversas acepções com que o termo vem sendo empregado. Com a intenção de simplificar o assunto ela adota, numa primeira instância, a distinção estabelecida por J. Beaujeu-Garnier: modelo de referência, modelo exploratório e modelo conclusivo a qual considera de grande utilidade por revelar o grau de engajamento da explicação geográfica. Conforme ela argumenta, a utilização de qualquer um destes tipos de modelos é antiga, todavia, particularmente no domínio da geografia rural muitos lhe fazem oposição, apesar de ter sido nele que desde cedo se cogitou da aplicação de novos métodos e técnicas visando a uma renovação.

No tocante aos tipos de modelos qualitativo e matemático, embora haja maior aceitação dos primeiros, por serem de mais fácil feitura, muitos reconhecem a necessidade de se utilizar modelos elaborados segundo um maior rigor. Ocorre porém que um grande número de estudiosos se desanima diante das enormes dificuldades apresentadas pelo verdadeiro modelo matemático e ela aproveita a oportunidade, então, para analisá-las, o que faz também com relação as limitações deste tipo de modelo. Ao discutir estes aspectos deixa patente a necessidade de um adestramento especial por parte do geógrafo, ao mesmo tempo em que considera ideal um diálogo e uma colaboração entre um geógrafo inteirado dos métodos matemáticos e um matemático capaz de dar atenção às razões do geógrafo.

Ela destaca os méritos do modelo matemático que, segundo M. Drain, representa o "melhor substituto do método experimental que o objeto do nosso estudo nos interdita", porém chama a atenção para o sucesso parcial dos principais estudos em que eles foram empregados, os quais, em uma larga medida, não verificaram senão teorias subjetivas ou relativas à época ou à região considerada.

Não resta dúvida que a complexidade dos componentes do modelo matemático arrolados nos estudos realizados em nossa área têm concorrido para a imperfeição com que muitos deles têm sido construídos. No seu entender, o modelo seria mais convenientemente aplicado quando se tratasse de mecanismos simples, como um sistema de produção. No caso de sistemas mais complexos como, por exemplo, a evolução de uma sociedade rural, deve-se admitir que, em vista da diversidade dos problemas que se vai enfrentar, ainda não nos encontramos em condições de considerá-los de uma forma global.

Ao tecer suas considerações finais sobre o modelo matemático, Mme Bonnamour detém-se particularmente no estudo das correlações. Nesta oportunidade, após proceder uma análise sucinta de conceitos, métodos e resultados de algumas pesquisas, ela arrola uma série de fatos que lhe permitem reiterar a opinião de que, em vista da "profunda ignorância das cadeias de real causalidade entre fenômenos de naturezas diferentes", deve-se usar de muita reserva com relação aos modelos complexos.

No capítulo IV, que versa sobre a posição da geografia rural, a autora trata do seu relacionamento com outras especializações geográficas e outras disciplinas que também se dedicam a estudos do meio rural, mostrando não somente quais devem ser as suas solicitações e contribuições, como também a maneira como atuar nos estudos interdisciplinares. Fica ressalvado desde o início que, se a geografia rural quiser se afirmar como uma disciplina contemporânea, capaz de oferecer aos planejadores o elenco de serviços inerentes ao seu campo de ação, ela tem que acompanhar o progresso do conhecimento do meio físico, acolher as contribuições dos economistas rurais e trabalhar de maneira bem coordenada com os especialistas de outras ciências sociais.

No tocante ao relacionamento dos geógrafos rurais e as ciências da terra, ela considera que as atitudes contraditórias que se observam nos estudos geográficos, quando seus autores enfocam a associação entre a vida rural e o meio físico, resultam do fato de que o essencial do problema ainda não é do domínio do conhecimento.

Na realidade, os geógrafos rurais sempre tiveram sua atenção voltada para o papel representado pelo meio físico, tanto ao longo de suas pesquisas como de suas descrições. Ocorre todavia que, até certa época, seus trabalhos denotavam maior equilíbrio que alguns dos que vêm sendo elaborados mais recentemente, nos quais não se leva muito em conta as necessidades próprias da geografia rural. Em tais trabalhos os autores concedem uma atenção desmesurada a uma série de aspectos de ordem física quando, pelo contrário, eles deveriam selecionar, entre o conjunto de fatos do meio físico, quais os que ajudam na compreensão do mundo rural.

Mme. Bonnamour critica também a posição assumida por alguns especialistas em geografia humana, os quais, interessados na aplicação de técnicas, procuram conceder às variáveis sócio-econômicas o lugar que lhes cabe nas explicações geográficas, mas deixam de considerar a influência do meio natural, aceitando portanto o divórcio entre as preocupações com os fatores físicos e os fatores humanos.

Conforme a autora reconhece, a abordagem deste problema se reveste de grande dificuldade, pois, conforme suas palavras, meio físico e vida humana não constituem duas entidades distintas entre as quais seja suficiente encontrar as interferências. Na realidade, o geógrafo rural se encontra em face de um complexo físico-humano cuja apreensão se torna difícil não só em decorrência da sua própria formação, que o leva a expor as questões sob a forma de binômio, como também devido ao fato de que, considerando o estado atual do conhecimento, ele não pode contar nem com a geografia física nem com as ciências da terra para obter todas as respostas das questões com que se depara. Os estudos que permitem recriar os sistemas complexos da natureza são ainda muito raros.

Sendo então impellido a exercer a tarefa de procurar os dados que necessita na imensa massa de construção das ciências da terra, o geógrafo rural vai se ver frente a um grande número de publicações, as quais, além de apresentarem resultados que muitas vezes logo se tornam ultrapassados, pertencem à especializações cuja finalidade não é a sua.

Mme. Bonnamour sugere então qual a orientação a ser seguida pelo geógrafo rural ao participar de um trabalho de equipe, tanto no sentido de obter dos representantes das ciências da terra a expressão e a explicação científica dos conhecimentos dos agricultores, como também no de reencontrar um conhecimento análogo diante de novos equilíbrios.

Nas suas considerações sobre o relacionamento entre geografia e economia rurais a autora lembra, inicialmente, que a posição que adota no que diz respeito ao domínio de investigação da geografia rural, aproxima-se da E. Otremba que se refere a um sistema triangular-homem, economia, natureza — no qual a economia é considerada como função da sociedade. Este vasto complexo diante do qual o geógrafo se encontra exige, para ser melhor estudado, que leve em conta não apenas as relações da sua especialização com a economia rural mas sim com todos os outros ramos da economia.

Após analisar, sucintamente, como evoluíram os estudos de economia rural que resultaram na tomada de várias tendências, a autora conclui pela urgente necessidade que a geografia tem em assumir posição com relação as mesmas.

A importância dos aspectos econômicos para a geografia não pode ser contestada conforme se pode reconhecer pelas considerações de vários autores citados. Todavia, é da máxima relevância para esta ciência que, ao utilizá-los, ela o faça de maneira a incluí-los na sua reflexão e evite de perder a sua especificidade.

Sem dúvida é difícil encontrar o equilíbrio entre as duas correntes opostas que se defrontam na geografia atualmente, uma recusando-se a um trabalho conjunto com os economistas, e a outra revelando uma dependência incondicional em relação à economia. Todavia, é imprescindível que o geógrafo insista no sentido de alcançar este equilíbrio, isto é, saber utilizar racionalmente os resultados econômicos em um empreendimento geográfico.

Com tal preocupação Mme. Bonnamour comenta as possíveis contribuições que geógrafos e economistas poderiam se prestar através de um trabalho conjunto no domínio agrícola, mas, no final, reconhece a impossibilidade de os economistas fornecerem ao geógrafo as respostas a todas as questões encontradas.

Nestas condições a geografia vai ter necessidade de se voltar para as demais ciências sociais e em tal relacionamento uma série de questões vão também exigir do geógrafo uma boa dose de prudência. A autora analisa então uma série de aspectos relacionados com o tratamento do que seria o objeto comum das ciências sociais no mundo rural — o sincretismo da vida rural — as influências mútuas no campo do pensamento, a influência de correntes políticas e as osmose que vêm se processando.

No capítulo V, com o qual encerra o livro, tratando da contribuição da geografia ao planejamento rural, deixa patenteada a necessidade de uma consciência permanente, da parte do geógrafo, do fim a que sua disciplina se propõe, pois, do contrário, ela não conseguirá prestar os serviços que dela se espera.

Uma série de hábitos adquiridos pelos geógrafos através do tempo e nem sempre presentes entre especialistas de outras ciências tem concorrido para que ele seja comumente solicitado no sentido de contribuir com os seus conhecimentos de tipo enciclopédico. É preciso convir, porém, que a geografia pode prestar contribuições de natureza totalmente diversas capazes de colocá-la em pé de igualdade com as demais disciplinas participantes de um estudo multidisciplinar visando ao planejamento rural.

A autora analisa então as contribuições que, no seu entender, poderiam ser prestadas pela geografia ao participar de um trabalho deste tipo.

Uma delas teria a finalidade de mostrar, de maneira permanente, o sentido dos meios e dos equilíbrios. Neste particular, como se pode ver ao longo do seu comentário, ela tem condições de se revelar muito eficaz, uma vez que, ao contrário do que ocorre em outros campos de estudo, a preocupação com os equilíbrios e as ruturas de equilíbrio é uma característica da pesquisa geográfica. Isto tanto no que diz respeito aos equilíbrios que ocorrem no meio natural como os que se verificam com as estruturas sócio-econômicas.

A contribuição do geógrafo pode se fazer sentir também através da sua preocupação com a coesão dos espaços. Com relação a este aspecto a autora mostra como o geógrafo pode colaborar para a compreensão do espaço rural desde que seja levado em conta tanto a coesão de todos os espaços do globo em pequena escala como também a interdependência dos campos e das cidades.

Finalmente, o geógrafo encontra-se em condições de contribuir também em um trabalho de redivisão do espaço rural. Esta pesquisa, que a autora salienta ser secundária em comparação com a análise dos mecanismos fundamentais e o estudo das estruturas que os condicionam, é imprescindível, uma vez que todo planejamento exige que se delimite as áreas de intervenção e que se localize de maneira precisa os diferentes equipamentos.

Na realidade, trata-se de um empreendimento no qual não se chega a uma apreensão das reais necessidades através de uma única redivisão do espaço rural. É preciso que se leve em consideração os setores polarizados das cidades, mas não se deve imaginar que para resolver os problemas do mundo rural seja suficiente conceber uma nova hierarquia urbana. "Para compreender o que se passa realmente será sempre necessário se adotar diferentes redivisões nas diferentes etapas da decisão".

Seguindo esta ordem de idéia, a autora demonstra que tal tipo de pesquisa não se desenvolve sem que se defronte com três evidências que podem ser assim enumeradas: a) obrigatoriedade de respeitar os limites administrativos, já que ela é concebida para a ação; b) relatividade do seu valor, já que são possíveis tantas redivisões quantos forem os problemas expostos; c) toda redivisão participa enfim da mobilidade da vida e ela permanece tão relativa no tempo como no espaço.

Uma das questões a serem resolvidas consiste, naturalmente, na maneira como se deve processar a redivisão do espaço rural e ao tratar deste aspecto a autora discute, mais particularmente, a opção entre zonas homogêneas e zonas de equilíbrio.

Embora para alguns o espaço rural já tenha sido suficientemente estudado e, portanto, nada mais reste a fazer, o que se depreende das palavras da autora é que, pelo contrário, a tarefa dos geógrafos rurais é extensa e exige o máximo de energia. E se os geógrafos rurais pretendem contribuir para o conhecimento do mundo e participar das equipes de planejamento é imprescindível que ele tenha sempre em mente os fundamentos próprios da sua disciplina.